

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis individuais e
consolidados

Em 31 de dezembro de 2023

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações do resultado individuais e consolidados

Demonstrações do resultado abrangente individuais e consolidados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidados

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados

Notas explicativas da Diretoria às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

RELATÓRIOS DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

Aos
Acionistas e Diretores da
Energia Solar GD S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidados

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidados da ENERGIA SOLAR GD S.A. ("Companhia"), respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido entre 17 de maio de 2023 (início das operações) a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidados acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da ENERGIA SOLAR GD S.A., em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para compreendido entre 31 de agosto de 2023 (início das operações) a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidados

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidados". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Os tópicos abaixo foram abordados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas onde segundo nosso julgamento profissional foram os assuntos mais significativos neste contexto. nossa opinião foi formada pelo conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e ao divulgarmos os principais assuntos de auditoria, não estamos fornecendo uma opinião separada sobre os referidos assuntos.

Captação de recursos através de emissão de debentures

Com o objetivo de financiar a implantação e construção dos parques solares, em 13 de setembro de 2023, a Companhia assinou o instrumento particular de emissão privada de debêntures simples. Foram emitidas 108.000 quantidades, de valor nominal unitário de R\$ 1.000, com vencimento em 17 de setembro de 2025. Dessa emissão, R\$ 72.000.000 (setenta e dois milhões) foram emitidos a uma taxa de CDI + 2,55% a.a. e R\$ 36.000.000 a CDI + 5,5% a.a. A liberação integral desse recurso está vinculada a condições de avanço dos projetos. Nesse sentido, no fechamento de 2023 existem R\$ 22.894.196 bloqueado na Conta Securitizadora, os quais deverão ser liberados para a Companhia conforme novos avanços na conclusão dos projetos. Os registros da operação estão sendo apresentados nas Notas Explicativas nºs 5 e 9.

Resposta do Auditor

Abordamos este assunto de maneira substantiva apoiados em nosso ceticismo profissional buscando obter todo o entendimento sobre a operação e mitigar riscos de distorção significativas não identificadas efetuamos os seguintes procedimentos:

- Avaliação dos controles de confirmação e conciliação demonstrando a integridade e precisão dos registros;
- Avaliação da documentação apropriada e suficiente e monitoramento das transações
- Confronto das transações se está devidamente incorporada pela Política de Gestão de Riscos Financeiros;
- Avaliação das políticas contábeis apropriadas e adequadamente divulgadas na Nota Explicativa nº 3 às demonstrações contábeis;
- Avaliação se a transação está adequadamente divulgada na nota explicativa N° 9 das demonstrações contábeis. Garantindo que todas as informações relevantes estão explícitas.

Responsabilidade da Diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidados

A Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidados livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidados, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidados a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidados.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidados

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidados, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidados.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidados, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidados ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril 2024.

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Balanço patrimonial individual e consolidado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em Reais)

Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
	Nota explicativa	Controladora 2023	Consolidado 2023		Nota explicativa	Controladora 2023	Consolidado 2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.294.598	21.311.105	Fornecedores	8	69.946	69.946
Outras Contas a Receber	5	22.894.196	22.894.196	Obrigações Tributárias		32.312	332.870
Adiantamentos		4.066	335.682			102.258	402.816
Impostos a Recuperar		126.547	126.553				
		<u>44.319.407</u>	<u>44.667.536</u>				
Não circulante				Não circulante			
Investimento em Coligadas	6	116.117.050	-	Endividamento	9	112.274.469	112.274.469
Imobilizado	7	-	116.069.480			112.274.469	112.274.469
		<u>116.117.050</u>	<u>116.069.480</u>	Patrimônio líquido	10		
				Capital Social Subscrito	10.1	65.500.000	65.500.000
				Capital Social a Integralizar	10.2	(9.500.000)	(9.500.000)
				Prejuízos acumulados		(7.940.270)	(7.940.270)
						48.059.730	48.059.730
Total do ativo		<u><u>160.436.457</u></u>	<u><u>160.737.016</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>160.436.457</u></u>	<u><u>160.737.016</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Demonstração do resultado do Exercício individual e consolidado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais)

		Controladora	Consolidado
	Nota explicativa	2023	2023
Receita líquida de prestação de serviços		-	-
Despesas operacionais			
Despesas gerais e Administrativas	11	(1.672.858)	(1.677.430)
Despesas tributárias		(53.644)	(64.193)
Resultado operacional		<u>(1.726.502)</u>	<u>(1.741.624)</u>
Outros resultados não operacionais		(27.918)	-
Equivalencia Patrimonial		<u>(27.918)</u>	
Resultado financeiro		<u>(6.185.850)</u>	<u>(6.198.646)</u>
Receita financeira	12	790.350	790.398
Despesas Financeiras	12	(6.976.200)	(6.989.044)
Provisão de IRPJ no exercício corrente		-	-
Provisão de CSLL no exercício corrente		-	-
Prejuízo do exercício		<u><u>(7.940.270)</u></u>	<u><u>(7.940.270)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Demonstrações do resultado abrangente individual e consolidado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais)

	Controladora	Consolidado
	<u>2023</u>	<u>2023</u>
Prejuízo do exercício	(7.940.270)	(7.940.270)
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u>(7.940.270)</u>	<u>(7.940.270)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em Reais)

	Capital Social	Capital Social A integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	-	-	-
Capital Social Subscrito	65.500.000	-	-	65.500.000
Capital Social a Integralizar	-	(9.500.000)	-	(9.500.000)
Resultado do exercício	-	-	(7.940.270)	(7.940.270)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	<u>65.500.000</u>	<u>(9.500.000)</u>	<u>(7.940.270)</u>	<u>48.059.730</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

ENERGIA SOLAR GD S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa Individual e Consolidado Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 (Em Reais)

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Prejuízo do exercício	(7.940.270)	(7.940.270)
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação	-	-
Baixa de ativos	-	-
	(7.940.270)	(7.940.270)
Decréscimo/(acrécimo) nos ativos e (decrécimo)/acrécimo nos passivos operacionais		
Outras Contas a Receber	(22.894.196)	(22.894.196)
Adiantamentos	(4.066)	(335.682)
Impostos a Recuperar	(126.547)	(126.553)
Fornecedores	69.946	69.946
Obrigações Tributárias	32.312	332.870
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(30.862.821)	(30.893.885)
Fluxo de caixa das atividades de Investimento		
Investimento em Coligadas	(116.117.050)	-
Aquisição de imobilizado	-	(116.069.480)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(116.117.050)	(116.069.480)
Capitação através de emissão de debentures	112.274.469	112.274.469
Aporte de capital Social	56.000.000	56.000.000
Caixa proveniente das atividades de financiamento	168.274.469	168.274.469
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>21.294.598</u>	<u>21.311.105</u>
Aumento no caixa e no equivalentes de caixa no início do exercício	-	-
Aumento no caixa e no equivalentes de caixa no final do exercício	21.294.598	21.311.105
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>21.294.598</u>	<u>21.311.105</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Empresa de Energia Sustentável Energia Solar GD S.A. (Companhia), é uma companhia anônima de capital fechado, com sede na cidade e estado de São Paulo, foi constituída em 17 de maio de 2023. A Companhia tem os propósitos definidos em seu objeto social de participação em outras companhias como acionista e/ou cotista e a produção de energia elétrica de origem e natureza renovável.

A Companhia é a única acionista em 10 (dez) Sociedades de Propósito Específico (SPEs). Em função de todas as suas controladas estarem em fase pré-operacional e por conta da necessidade de caixa das SPEs, a Companhia realizou transações de financiamento ao longo de 2022.

As SPEs celebraram contratos de longo prazo de locação e operação e manutenção das usinas fotovoltaicas com consórcios de usuários, obtendo assim a remuneração pelo seu investimento.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

Base de preparação

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"), que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC").

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas Demonstrações Contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das Demonstrações Contábeis foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

2.2. Base de mensuração

As Demonstrações Contábeis foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 14.

2.3. Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (Impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

EMPRESA ENERGIA SOLAR GD S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 14.

Base de consolidação

As Demonstrações Contábeis consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as Demonstrações Contábeis da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As Demonstrações Contábeis de controladas são incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora, as Demonstrações Contábeis de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as Demonstrações Contábeis das controladas na mesma data-base das Demonstrações Contábeis.

<u>Empresas investidas</u>	<u>Atividade</u>	<u>Participação</u>
EGD 1 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 2 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 3 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 4 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 5 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 7 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 8 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 9 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 10 LTDA	Geração de energia solar	100%
EGD 11 LTDA	Geração de energia solar	100%

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.4. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas Demonstrações Contábeis são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

2.5. Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como exercícios futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das Demonstrações Contábeis, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

(i). Provisão para desmobilização

A Administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2023, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser superior aos custos observados no grupo para encerramento das atividades e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação, que tende a ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido.

(ii). Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável.

2.6. Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais adotadas para a elaboração das demonstrações contábeis são as seguintes:

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(ii) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, caixas e equivalentes de caixa.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

(v) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2. Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3. Aplicações financeiras

As aplicações financeiras, referem-se a investimentos financeiros que são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimentos e aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

A Companhia e suas controladas também possuem investimentos financeiros cujos resgates são limitados para fins que não sejam relacionados a aqueles que deram origem à obtenção dos recursos.

3.4. Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.5. Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

3.6. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.8. Fornecedores

As contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.9. Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.10. Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(i) Lucro presumido

As Empresas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 32% para IRPJ e CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 mil no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(ii) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 mil para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(iii) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(iv) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.11. Direito de uso e arrendamentos mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento mercantil ("arrendamento"). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

3.12. Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas pela primeira vez em 2023 e novas normas, revisões e interpretações que entrarão em vigor:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50/ IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Making Material Judgments	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 23/ IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações ao CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Postergada indefinidamente
Alterações à IAS 12/CPC 32	Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos Resultantes de uma Única Transação	01/01/2023
Alterações na norma IFRS 16/CPC 06 (R2)	Acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i> , que satisfazem as exigências da IFRS 15/CPC 47	01/01/2024
Alterações na norma IAS 1/CPC 26	Esclarece que apenas <i>covenants</i> a serem cumpridos em ou antes do final do período do relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório	01/01/2024
Alterações na IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1)	Esclarece entidade deve divulgar os acordos de financiamento de fornecedores, com informações que permitem aos usuários das Demonstrações Contábeis avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade	01/01/2024
Alterações ao CPC 26/ IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2024
Alterações na IAS 21/CPC 02 (R2)	Exigem a divulgação de informações que permitam aos utilizadores das Demonstrações Contábeis compreender o impacto de uma moeda não ser cambiável	01/01/2025

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as Demonstrações Contábeis da Companhia em períodos futuros.

4. Caixa e equivalente de caixa

	Controladora	Consolidado
	2023	2023
Banco conta movimento	1.635.148	1.635.721
Aplicações financeiras	19.659.450	19.675.384
	21.294.598	21.311.105

EMPRESA ENERGIA SOLAR GD S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O montante de R\$ 19.659.449 (R\$ 0 em 2022) na Controladora, registrados na Rubrica “Aplicações financeiras” é composto basicamente por aplicações em fundo de investimento de renda fixa, formado por títulos públicos federais, pré e pós fixados que apresentam liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor.

5. Outras Contas a receber

Em 13 de setembro de 2023, a Companhia assinou o instrumento particular de emissão privada de debêntures simples, em duas séries. O agente fiduciário responsável pela emissão é a OPEA SECURITIZADORA S.A.

Foram emitidas 108.000 (cento e oito mil) quantidades, de valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais), com vencimento em 18 de setembro de 2023. Esse recurso é, em um primeiro momento, retido em uma Conta Securitizadora e a liberação para a Empresa é vinculada a condições de avanço dos projetos, pré-estabelecidas na emissão.

Nesse sentido, no fechamento de 2023 existem R\$ 22.894.196 (vinte e dois milhões e oitocentos e noventa e quatro mil e cento e noventa e seis) bloqueado na Conta Securitizadora, os quais deverão ser liberados para a Empresa conforme novos avanços dos projetos.

	<u>A Receber 2023</u>	<u>Emitido Originalmente</u>
OPEA Securitizadora – Debêntures	22.894.196	108.000.000

6. Investimentos

A Companhia possui o Controle integral de todas as suas controladas (ver nota 2.3(b)).

	<u>Saldo inicial em 01/01/2023</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Saldo final em 31/12/2023</u>
EGD 1	-	(5.003)	12.987.799	12.982.796
EGD 2	-	(6.943)	13.717.644	13.710.701
EGD 3	-	(1.999)	14.872.681	14.870.681
EGD 4	-	(1.546)	10.215.991	10.214.445
EGD 5	-	(1.446)	8.820.814	8.819.367
EGD 6	-	(899)	-	(899)
EGD 7	-	(7.035)	11.522.084	11.515.049
EGD 8	-	(900)	17.886.983	17.886.083
EGD 9	-	(899)	1.000	101
EGD 10	-	(616)	8.429.517	8.428.901
EGD 11	-	(632)	17.690.456	17.689.824
	<u>-</u>	<u>(27.918)</u>	<u>116.144.968</u>	<u>116.117.050</u>

Abaixo Apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2023. As empresas foram constituídas durante o exercício de 2023 portanto não possuíam saldo em 31 de dezembro de 2022.

EMPRESA ENERGIA SOLAR GD S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ativo Circulante	Ativo Não Circulante	Passivo circulante	Passivos não circulantes	Patrimônio Líquido	Resultado do Exercício
EGD 1	1.046	12.993.938	12.188	-	12.987.799	(5.003)
EGD 2	10.576	13.713.629	13.503	-	13.717.644	(6.943)
EGD 3	2.420	14.906.205	37.943	-	14.872.681	(1.999)
EGD 4	10.606	10.221.344	17.505	-	10.215.991	(1.546)
EGD 5	903,02	8.849.640	31.176	-	8.820.814	(1.446)
EGD 6	101	0	0	-	1.000	(899)
EGD 7	320.826	11.286.022	92.800	-	11.521.084	(7.035)
EGD 8	479,56	17.908.324	22.721	-	17.886.983	(900)
EGD 9	101,42	0	0,17	-	1.000	(899)
EGD 10	412,93	8.460.736	32.248	-	8.429.517	(616)
EGD 11	657,39	17.729.641	40.474	-	17.690.456	(632)
	<u>348.129</u>	<u>116.069.480</u>	<u>300.558</u>	<u>-</u>	<u>116.144.968</u>	<u>(27.918)</u>

7. Imobilizado

Referem-se aos gastos com a implantação dos projetos solares. No consolidado, os valores foram classificados na rubrica de imobilizado em função de representarem adiantamentos para construção do ativo qualificável, que é responsável por gerar benefícios econômicos futuros à Companhia. O ativo ainda não está sendo depreciado devido as Empresas controladas se encontrarem em fase pré-operacional.

	Consolidado	
	2023	2022
Imobilizado em Andamento	116.069.480	
	<u>116.069.480</u>	<u>-</u>

8. Fornecedores (controladora e consolidado)

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, quando aplicável.

	2023
Fornecedores Nacionais	69.946
	<u>69.946</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Endividamento

Com o objetivo de financiar a implantação e construção dos parques solares, em 13 de setembro de 2023, a Companhia assinou o instrumento particular de emissão privada de debêntures simples, em duas séries. O agente fiduciário responsável pela emissão é a OPEA SECURITIZADORA S.A..

Foram emitidas 108.000 (cento e oito mil) quantidades, de valor nominal unitário de R\$1.000 (mil reais), com vencimento em 17 de setembro de 2025. Dessa emissão, R\$ 72.000.000 (setenta e dois milhões) foram emitidos a uma taxa de CDI + 2,55% a.a. e R\$ 36.000.000 (trinta e seis milhões) a CDI + 5,5% a.a..

O pagamento da Dívida poderá ocorrer integralmente em seu vencimento ou via Resgate Antecipado. A expectativa da administração é de que, ainda em 2024, seja contratado um financiamento de Longo Prazo, com taxas inferiores, o qual deverá ser utilizado para a antecipação do encerramento da Debênture.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Debentures emitidas	108.000.000	0	108.000.000	
Juros ref. debentures	4.274.469	0	4.274.469	
	<u>112.274.469</u>	<u>0</u>	<u>112.274.469</u>	<u>0</u>

GARANTIAS

A operação de captação em questão é garantida corporativamente pelas SPEs da controladora, na qualidade de fiadoras, em conjunto com as seguintes garantias reais:

I. alienação fiduciária (i) da totalidade das ações da Emissora, de titularidade dos Acionistas, que representam, nesta data, 100% (cem por cento) das ações de emissão da Emissora e de titularidade dos Acionistas em favor do Debenturista, representado pelo Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Ações da Emissora"); e (ii) da totalidade das quotas das SPEs, de titularidade da Emissora, que representam, nesta data, 100% (cem por cento) das quotas de emissão das SPEs ("Alienação Fiduciária de Quotas das SPEs" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações da Emissora, a "Alienação Fiduciária de Ações e Quotas"), nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas e Outras Avenças", celebrado entre os Acionistas, o Agente Fiduciário, a Emissora e as SPEs ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Quotas").

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

II. cessão fiduciária de (i) todos os direitos e créditos das SPEs, atuais e futuros, principais e acessórios, relacionados e/ou emergentes oriundos (a) de cada um dos Contratos dos Projetos; (b) das garantias outorgadas pelas contratadas no âmbito dos Contratos dos Projetos; (ii) todos e quaisquer direitos e créditos das SPEs e/ou da Emissora, atuais e futuros, principais e acessórios decorrentes, relacionados e/ou emergentes de quaisquer outros direitos e/ou receitas que sejam decorrentes dos Projetos; e (iii) todos os direitos e créditos, atuais e futuros, principais e acessórios, da Emissora e das SPEs, decorrentes, relacionados e/ou emergentes com relação a determinadas contas bancárias, bem como os recursos depositados, transitados e/ou mantidos ou a serem ali mantidos a qualquer tempo, bem como investimentos feitos com valores ali depositados e ganhos e rendimentos deles oriundos, bem como todos os seus frutos e rendimentos ("Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios"), em favor do Debenturista, representado pelo Agente Fiduciário, nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças", celebrado entre a Emissora, as SPEs e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios").

III. alienação fiduciária da totalidade dos equipamentos e máquinas relativos aos Projetos, de propriedade das SPEs, atuais ou a serem adquiridos ("Alienação Fiduciária de Equipamentos"), em favor Debenturista, representado pelo do Agente Fiduciário, nos termos do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Equipamentos e Outras Avenças", celebrado entre a Emissora, as SPEs e o Agente Fiduciário ("Contrato de Alienação Fiduciária de Equipamentos").

10. Patrimônio líquido

10.1. Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 65.000.001, dos quais R\$ 56.000.000 foram integralizados ao preço de emissão de R\$ 1,00. Segue estrutura acionária da empresa:

Acionistas	Ações
Navi Energias Sustentáveis II Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura	65.500.000
Navi Yield Administradora e Gestora de Recursos Financeiros LTDA.	1

10.2. Adiantamento para futuro aumento de capital

Não ocorreram adiantamentos para futuro aumento de capital em 2023.

EMPRESA ENERGIA SOLAR GD S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Despesas gerais e administrativas

	Controladora	Consolidado
	2023	2023
DESPESAS COM CARTÓRIO	118.246	118.318
HONORÁRIOS DE PESSOAS JURÍDICA	13.660	13.660
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS ADVOCAC	626.610	626.610
SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DE CONT	167.796	167.796
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	727.793	727.793
SERVIÇOS DE CONSULTAS CADASTRA	1.900	1.900
SERVIÇOS DE MOTO BOY	374	374
BENS DE PEQUENO VALOR	4.463	4.463
CORREIOS	320	320
DESPESAS LEGAIS E JUDICIAIS	1.655	1.655
FRETES E CARRETOS	-	4.500
VIAGENS E REPRESENTAÇÕES - PASSAGEM	10.042	10.042
	<u>1.672.858</u>	<u>1.677.430</u>

12. Resultado financeiro, líquido

	Controladora	Consolidado
	2023	2023
Receita Financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	828.893	828.941
Pis S/ Receitas financeiras	(5.388)	(5.388)
Cofins S/ Receitas financeiras	(33.156)	(33.156)
	<u>790.350</u>	<u>790.397</u>
Despesas Financeiras		
Taxas e Tarifas Bancárias	(2.700.701)	(2.700.995)
Juros Incorridos	(4.275.320)	(4.287.870)
Multas	(179)	(179)
	<u>(6.976.200)</u>	<u>(6.989.044)</u>
Resultado Financeiro	<u>(6.185.850)</u>	<u>(6.198.646)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas (SPEs) apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido. No exercício de 2023, a controladora não apurou resultado positivo de IRPJ e CSLL, não havendo valores devidos, motivo pelo qual foi apresentado somente o número consolidado.

	<u>Controladora</u> 2023	<u>Consolidado</u> 2023
Lucro antes do imposto	(7.940.270)	(7.940.270)
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	-	-
Resultados de controladas por equivalência	(27.918)	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	-	-
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	-	-
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-
Outros	-	-
Encargo fiscal	<u>-</u>	<u>-</u>
Despesa com IR e CS correntes	-	-
Despesa com IR e CS diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>

14. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

EMPRESA ENERGIA SOLAR GD S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas da Companhia, conforme categorias abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e bancos	1.635.148		1.635.720	
Contas a receber	22.894.196		22.894.196	
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Aplicações financeiras	19.659.450		19.659.450	
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Fornecedores	69.946		69.946	
Empréstimos e financiamentos	0		0	
Debêntures a pagar	112.274.469		112.274.469	

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- (i) Aplicações financeiras - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 4).
- (ii) Caixa, bancos, fornecedores e contas a receber com partes relacionadas - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.
- (iii) Debêntures - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

EMPRESA ENERGIA SOLAR GD S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

	Controladora	Consolidado
	2023	2023
Ativos		
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>		
Caixa e bancos	1.635.148	1.635.720
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>		
Aplicações financeiras	19.659.450	19.659.450

A Administração avaliou, segundo sua política de PCLD e, com base no IFRS 9, conclui que não há risco de crédito.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2023		Controladora	
	2022		2022	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Fornecedores	69.946			
Empréstimos e financiamentos	0			
Debêntures a pagar	112.274.469			
	<u>112.344.415</u>			
	2023		Consolidado	
	2022	2022	2022	2022
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Fornecedores	69.946			
Empréstimos e financiamentos	0			
Debêntures a pagar	112.274.469			
	<u>112.344.415</u>			-

EMPRESA ENERGIA SOLAR GD S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

Gestão de capital

Com o objetivo de financiar a implantação e construção dos parques solares, a Companhia obtém recursos a partir de aportes de seus acionistas e por meio da emissão de debêntures.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado em 2023, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base na taxa DI do último trimestre de 2023, cuja valor definido foi de 11,65%, sendo estas definidas como cenário provável; considerando a elevação do DI para 13% (possível) e 18% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	Saldo em 31/12/2023	Risco	Projeção dos juros para 2024		
			Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Debênture - 1ª Série	74.666.910	DI	10.437.894	11.434.680	15.126.480
Debênture - 2ª Série	37.607.558	DI	6.404.670	6.917.400	8.816.400

15. Partes Relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 a controladora e nenhuma de suas investidas possuem saldos aberto com partes relacionadas.

16. Contingências

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia e suas controladas não possuíam contingências de natureza cível, tributária ou trabalhista.

17. Eventos Subsequentes

Em 22 de janeiro de 2024, o Capital Social da Empresa foi reduzido para R\$ 56.000.000,00.